

Crise reabilita a imagem do Congresso

■ CPI do PC e os debates sobre votação ou não do 'impeachment' marcam nova linha divisória na história do poder legislativo

Luiz Antônio — 12/12/91

Luiz Antonio — 10/9/91

BRASÍLIA —

No dia em que se reunir para decidir se autoriza o Senado a abrir o processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Collor, a Câmara dos Deputados terá riscado uma linha divisória na história do Congresso, que poderá enfraquecê-lo como instituição ou reafirmar o poder político que obteve com a Constituição de 1988. Esta é uma convicção comum entre os congressistas, sejam favoráveis ou não à destituição de Collor por crime de responsabilidade. "Pouco importa o resultado da votação. Este episódio nos marcará para sempre", prevê o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), ex-ministro da Justiça de Collor.

A história de como o Congresso chegou a esta encruzilhada começa com a promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Os congressistas recuperaram prerrogativas, dividiram o poder fiscal da União com estados e municípios e, sobretudo, atribuíram a si próprios o poder de decisão sobre o formato dos orçamentos do governo. Antes de 88, o Congresso apenas carimbava os desejos do Palácio do Planalto, cujo ocupante superior, segundo Passarinho, era sua excelência imperial, o Presidente do Brasil. Esse tempo passou.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) diz que a permanência de Collor será "uma bofetada na sociedade", mas ressalva que, se



Fernando Henrique: defesa aberta do parlamentarismo

ocorrer seu afastamento, o vice-presidente Itamar Franco "vai precisar de muita habilidade". O que o senador gaúcho quis dizer é que a destituição política de um presidente eleito diretamente, o primeiro nos últimos 30 anos, fará emergir no país o poder do Parlamento, com crédito e força como jamais teve na sua história.

Segundo o senador Simon, o Congresso se transformou na força que, impulsionada pela sociedade, recuperou a obediência à moral e à ética na gerência do Estado. A crise parlamentarismo/presidencialismo

está à vista. "Que Deus me perdoe por pensar assim, mas acho que se o Collor ficar, a desilusão será tão grande que crescerá a idéia de que é impossível mexer num presidente da República, ainda que tenha cometido as maiores atrocidades. Assim, o povo pode até aprovar o parlamentarismo", arrisca Simon.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) repisa a principal bandeira dos parlamentaristas. No regime de gabinete, observou, diante dos escândalos que envolvem o governo Collor, o primeiro-ministro já teria caído e na



Passarinho: "Episódio nos marcará para sempre"

pior das hipóteses o presidente da República teria dissolvido o Congresso e convocado eleições.

Para os parlamentaristas, além de fortalecer o Poder Legislativo, trata-se agora de aproveitar o provável ocaso do governo Collor e ampliar a chance de vitória no plebiscito de abril de 93. Os presidencialistas concordam que os erros de Collor dificultarão a preservação do regime presidencial, mas discordam do entusiasmo parlamentarista. "Se o presidente for condenado, o presidencialismo se fortalecerá. O *impeachment* é um

remédio do presidencialismo", afirma o líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB).

O senador Mário Covas (PSDB-SP) tem outro diagnóstico sobre esse mesmo cenário: "A rejeição do *impeachment* será um desastre. O Congresso se divorciará da sociedade, que aceitará como verdade que isto aconteceu em razão da compra de votos, anunciada informalmente pelo governo. Quem garante que neste cenário não se produzirá uma terrível e imprevisível desagregação social?"